

**Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola**  
*Discurso proferido na reunião informal dos chefes de Estado e de Governo*  
*Nicósia (Chipre), 24 de abril de 2026*

Muito obrigada, Senhor Presidente António Costa e Senhor Presidente Nikos Christodoulides, pela organização deste debate e pela vossa liderança nestes tempos conturbados.

Bom dia a todos.

Hoje, quero insistir em três aspetos. Primeiro, a nossa resposta às repercussões económicas da crise no Médio Oriente. Em segundo lugar, a avaliação que o Parlamento faz do Roteiro «Uma Europa, Um Mercado», e, em terceiro lugar, o quadro financeiro plurianual.

Porém, antes de mais, quero saudar a adoção do 20.º pacote de sanções e o desbloqueio do empréstimo de 90 mil milhões de euros à Ucrânia, que o Parlamento tinha escrutinado e aprovado há dois meses. É natural que as nossas atenções estejam centradas no Médio Oriente, mas, num mundo cada vez mais volátil, a capacidade de liderança afere-se pela capacidade de enfrentar uma crise sem nos apartarmos, e estamos a provar que somos capazes.

Isto traz-me ao primeiro assunto: os preços da energia e o Médio Oriente.

Volvidos dezassete dias, o cessar-fogo permanece frágil — todos o sabemos —, mas cria as condições necessárias para as conversações, e é indispensável que se mantenha. Reuni-me com o Conselho de Cooperação do Golfo, inclusive com o seu secretário-geral, para expressar o apoio do Parlamento Europeu, e sei que os Senhores Presidentes também se reunirão hoje com ele e com os parceiros regionais. Nikos, Chipre é o farol da Europa na região, e a Presidência cipriota está a revelar-se uma ponte fundamental para o Médio Oriente.

Todos desejamos o mesmo: o fim rápido e longo da guerra — um fim que garanta direitos, dignidade e liberdade ao povo iraniano, que aquiete as preocupações quanto ao programa nuclear e de mísseis balísticos do Irão e ao seu apoio a forças interpostas, e que ponha termo aos bloqueios no estreito de Ormuz. Ainda assim, o regime iraniano continua a levar a cabo execuções arbitrárias e a deter dissidentes — incluindo Narges Mohammadi, laureada com o Prémio Nobel, que, em fevereiro, foi novamente condenada, desta vez a sete anos e meio de prisão. É importante que todas estas pessoas e as suas famílias vejam que a Europa não as esqueceu.

Urge restabelecer a liberdade de navegação, e apraz-me constatar a coligação crescente de parceiros que cooperam nesta frente e mostram a capacidade da Europa para responder a uma crise que não desejávamos, mas que temos de afrontar. Esta situação evidencia uma vez mais a importância de dispormos de uma estratégia clara quanto ao artigo 42.º, n.º 7, no nosso conjunto de instrumentos de defesa e segurança europeias.

No que concerne aos preços da energia, estou a par das propostas da Comissão, e concordo que precisamos de um alívio temporário e direcionado, rapidamente. Porém, ao agirmos sobre a situação presente, não podemos abandonar o que está a produzir resultados para o futuro. Não devemos mudar o que funciona bem.

As regras relativas ao armazenamento do gás que instituímos há quatro anos estabilizaram os mercados, fortaleceram a confiança e melhoraram a cooperação entre os Estados-Membros. As

medidas que encetámos para diversificar a nossa matriz energética e reduzir a dependência estão a dar frutos. Os países que estão a enfrentar melhor a situação atual são aqueles que recorrem mais às energias renováveis, dispõem de maior capacidade nuclear e dependem menos do gás.

Isto não foi fruto do acaso, é o resultado das decisões deliberadas que tomámos no sentido de nos tornarmos mais resilientes e independentes e estarmos menos expostos a choques. A nossa estratégia a longo prazo está a funcionar, e há que manter o rumo que definimos.

Isso implica aumentar os investimentos na infraestrutura por forma a que possa funcionar. O Parlamento já está a trabalhar sobre o pacote Redes Europeias, que modernizará as nossas redes de modo que favoreçam uma energia mais limpa e mais descentralizada, e espero que concluamos os trabalhos no segundo semestre do ano. A forma como estas propostas são recebidas é relevante para o bom funcionamento do processo legislativo.

Ademais, implica encarar com largueza de espírito a forma como produzimos a nossa eletricidade. A estratégia da Comissão para os pequenos reatores modulares e os reatores modulares avançados constitui um passo nessa direção, pelo qual o Parlamento Europeu pugnou, e estamos prontos a avançar rapidamente para a sua concretização.

Em segundo lugar, o Roteiro «Uma Europa, Um Mercado».

Em Alden Biesen, em fevereiro, acordámos em que, no Conselho Europeu de março, tomaríamos decisões e fixaríamos prazos. É chegada a hora de concretizarmos os compromissos assumidos.

Estou grata à Comissão e ao Conselho pela sua cooperação em fazer este roteiro chegar a bom porto. Dadas as circunstâncias, penso que as nossas equipas trabalharam bem e com celeridade. O processo podia ter sido melhor e, efetivamente, mais longo. Alguns grupos políticos também teriam preferido uma ênfase maior no investimento, na habitação, na digitalização, na dimensão social e na necessidade de debelar os bloqueios nacionais e a sobre-regulação.

Não obstante, o roteiro é ambicioso, fortalece a nossa capacidade de resistir a choques e é consonante com o que determinámos na declaração conjunta. Eis a Europa a agir para atender às suas necessidades.

No que toca aos dossiês prioritários do roteiro, o Parlamento Europeu cumprirá a sua missão, e fá-lo-á com competência. No entanto, precisamos também do espaço — e da confiança — para exercermos devidamente a nossa função de controlo democrático e de legitimidade. 720 deputados oriundos de mais de 200 partidos políticos não se limitam, e nunca se limitarão, a assinar de cruz.

Temos agora datas-alvo para os dossiês prioritários e o compromisso político de que tudo faremos para cumpri-las, no pleno respeito do processo legislativo — isto é impreterível —, sendo que alguns dossiês ainda não foram propostos. Assim, o Parlamento Europeu exonera a responsabilidade e não aceitará ser pressionado se as propostas não forem apresentadas em tempo útil e não estiverem bem redigidas. Ter ambição é positivo, mas o realismo não é despiendo. Devemo-lo aos cidadãos.

Já antes afirmei que as pessoas, na sua grande maioria, veem a Europa como um sistema, que avaliam de acordo com um só critério — se produz resultados. Cumpre-nos trabalhar em sintonia.

E assim chego ao meu último tema: o quadro financeiro plurianual.

Na semana passada, os membros da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu aprovaram por sólida maioria a nossa posição de negociação sobre o próximo orçamento a longo prazo, que será submetida a votação em sessão plenária na próxima semana. Isso permitir-nos-á encetar negociações com o Conselho, logo que adote o seu mandato. Assim, em abril, teremos a nossa posição, saberemos o que queremos e estaremos prontos.

Permitam-me apenas que esclareça duas coisas antes de avançarmos. Em primeiro lugar, o relatório da nossa comissão não põe em causa a estrutura global do novo orçamento. Somos favoráveis a uma ênfase acrescida na competitividade e na defesa. O que fazemos é pedir ao Conselho que se mantenha aberto à ideia de novos recursos próprios. Em segundo lugar, não podemos permitir que as novas gerações saldem dívidas antigas. No que respeita ao NextGenerationEU, cumpre garantir que os reembolsos e os juros não deitem por terra as nossas ambições futuras. Torno a insistir em que as medidas a curto prazo não devem criar problemas a longo prazo.

Gostaria de terminar dizendo o seguinte: a Europa não pode enfrentar uma nova era com um enquadramento antigo. O orçamento atual foi distendido até ao ponto de rutura por crises que não havia sido concebido para absorver. Fizemos com que funcionasse, mas estamos cientes dos seus limites. Não podemos continuar a defrontar um mundo em mudança com ferramentas desatualizadas. Precisamos agora de um orçamento adequado à sua finalidade, apto a produzir resultados nos domínios e nos momentos em que seja mais necessário.

Muito obrigada.